

Razões da firmeza diante dos credores

por Celso Pinto
de São Paulo

O endurecimento da posição brasileira na negociação com seus credores, esboçado nesta rodada de conversas em Nova York, é resultado de uma estratégia longamente discutida no governo e respaldada pelo próprio presidente da República. E, portanto, para valer.

O princípio é simples. O Brasil quer vantagens reais para o pagamento de sua dívida e acha que está numa posição forte o suficiente para obtê-las. Sabe que os bancos farão o possível para não ceder, mas aposta que acabarão aceitando, para evitar um mal maior.

Como existe clareza de que esta é uma disputa que não se ganha na retórica, a intenção é evitar que os avanços concretos na mesa de negociação transbordem sob a forma de um discurso de confronto. Ao contrário, o Brasil quer marcar posição de diálogo e boa vontade e a ida do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para conversar com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, é uma prova disso.

Há, contudo, a firme disposição de não aceitar passivamente os termos impostos pelos credores. Na análise feita em Brasília, a estratégia dos bancos é facilmente identificável: eles supõem que a política econômica brasileira tem fôlego curto, não resistirá muito mais de um semestre sem esbarrar numa explosão inflacionária, com reflexos negativos sobre as contas externas. Por esta razão, o objetivo seria renovar acordos provisórios de curto prazo, sem discutir nenhuma mudança substantiva nos termos de pagamento, até que o País, enfraquecido por uma nova crise, ficasse mais uma vez vulnerável às pressões dos credores.

Exatamente por isso, a intenção do governo é jogar duro para impedir

(Continua na página 11)

Razões da firmeza

por Celso Pinto
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

que isso aconteça. "Se os bancos insistirem em colocar as coisas dessa maneira, algumas condições de pagamento dos seus juros poderão mudar", disse a este jornal, recentemente, uma alta fonte governamental.

As armas disponíveis são conhecidas. A primeira delas seria uma centralização do câmbio, pela qual o Banco Central ficaria responsável por todos os pagamentos externos. Isso já aconteceu em 1983, quando o País perdeu todas as suas reservas em caixa. A centralização levou à montagem de uma fila para os pagamentos externos e resultou no acúmulo de atrasos nos juros superiores a US\$ 4 bilhões.

A centralização em si não implica atrasos nos pagamentos externos, mas é uma advertência para os bancos. As outras alternativas, mais duras, seriam o estabelecimento de uma fila para os pagamentos externos e a imposição unilateral de limites nos pagamentos de juros.

Os bancos, é claro, poderiam responder a iniciativas desse tipo com uma retaliação igualmente dura: a retirada dos créditos de curto prazo, que hoje sustentam as agências de bancos brasileiros no exterior, e dos créditos comerciais. O efeito seria o imediato desaparecimento das reservas hoje existentes.

O grau de destruição embutido nessas hipóteses leva muitos a comparar essa situação à do equilíbrio nuclear. Qualquer dos dois lados poderia causar estragos gigantescos, mas difficilmente evitaria uma devastação quase equivalente em seu próprio terreno.

Nem todos no governo brasileiro estão convencidos disso, já existe suficiente tensão na situação da maioria dos países devedores para que os bancos queiram acrescentar o Brasil à lista. O raciocínio é que seria certamente menos custoso aos bancos ceder um pouco em relação às exigências brasileiras do que correr o risco de acender o estopim de uma nova crise financeira internacional.

RAZOÁVEL

De resto, o que o Brasil

está pedindo não chega a ser nada absurdo. Soa muito razoável quando comparado ao limite unilateral imposto pelo Peru e pela Nigéria ao pagamento de seus juros. O governo brasileiro está pagando seus compromissos em dia, pode ostentar projeções bastante confortáveis no setor externo, pelo menos até o final desse ano, e montou um programa econômico de ajuste. A dosagem deste ajuste pode não satisfazer plenamente nem aos bancos nem ao FMI, mas a direção está correta, como reconheceu a direção do Fundo.

É claro que, se os bancos aceitarem reduzir as taxas de "spread" e as comissões, mesmo sem que o Brasil esteja engajado num programa formal com o FMI, estará abrindo um precedente. Terão, de todo modo, algumas justificativas para fazê-lo, se quiserem.

O sucesso da ofensiva brasileira depende, crucialmente, de que os bancos acreditem que o País está falando sério quando menciona algumas hipóteses mais duras. Tudo indica que está. Ninguém quer chegar a cenários extremos, mas, desde o ano passado, convive-se com a hipótese de que uma contingência possa acabar empurrando o País a isso, e procura-se estimar seus prováveis efeitos. Existem vários riscos, mas pelo menos uma certeza: esta é uma das poucas áreas em que o governo poderia contar, numa situação extrema, com uma sólida unanimidade de apoio político.